

As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária

Guilherme Rodrigues Passamani¹

Resumo: Este artigo busca refletir como o campo das Ciências Sociais e, especialmente, a Sociologia instrumentalizou-se para os debates acerca de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola. Em um primeiro momento, apresentamos o ainda recente contexto da última implementação da Sociologia no Ensino Médio brasileiro e algumas propostas para aproximar ensino, pesquisa e extensão, além de propor uma dinamicidade que conecte o professor de Sociologia da escola básica não apenas às teorias aprendidas no curso superior, mas à realidade na qual está inserido. Em um segundo momento, problematizamos uma experiência de extensão universitária na qual ocorrera a formação de professores em gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Sociologia; gênero; sexualidade; diversidade sexual; escola.

Gender, sexuality and sexual diversity themes in high school: interface between institutionalization of sociology and university extension

Abstract: *The present paper aims at reflecting how the Social Sciences field and, especially, Sociology instrumentalize for debating gender, sexuality and sexual diversity in high school. At first, we present the still recent context of the last implementation of*

¹ Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Naviraí – Brasil – grpasamani@gmail.com

Sociology in Brazilian High School and some proposals for approximating teaching, research and extension, in addition to proposing a dynamicity that connects the Sociology teacher of basic school levels, not only to theories learned in higher education levels, but to the reality in which the teacher is inserted. At second, we problematize an experience of university extension aimed at teaching education in gender and sexuality.

Keywords: *Sociology; gender; sexuality; sexual diversity; school.*

Introdução

Os modelos biomédicos de explicação das questões que envolvem o sexo foram aqueles que gozaram o *status* de verdade científica e, muitas vezes, dogmática, durante longo período na história da humanidade. Do ponto de vista histórico, ainda é muito recente o processo de perda de espaço – se é que isso efetivamente ocorre – dessas áreas nesse campo.

Talvez apenas com início das problematizações que envolvem gênero, um desdobramento acadêmico da atuação dos movimentos feministas de meados do século XX, é que outras áreas começaram a empoderar-se no sentido de oferecer explicações e olhares alternativos ao que estava posto em matéria de sexo e sexualidade. Rompe-se, assim, não apenas com os paradigmas biomédicos, mas também com a religião que, nessa seara, comunga dos valores médicos.

Nesse sentido, aproveitando o enfraquecimento e limitações das explicações oferecidas ora pelas ciências médicas, ora pelas diferentes religiões, as humanidades, dando especial atenção aos processos culturais, entraram neste debate para também oferecer os seus olhares a essas questões.

Cabe-nos, neste universo, pensar um pouco sobre o campo que se abre nas Ciências Sociais e, especialmente, na Sociologia para os debates acerca de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola. No entanto, antes de conjecturar como esses temas podem ser abordados pela disciplina no ensino médio, talvez seja premente pensar como a própria disciplina consegue se institucionalizar no Brasil – tardiamente, diga-se de passagem – e apresentar-se como um espaço para debates de temas estruturantes da sociedade, alguns deles ainda sensíveis a muitos juízos morais.

Em vista disso, na primeira parte deste artigo, pretendemos apresentar o debate recente sobre a derradeira entrada da Sociologia no ensino médio brasileiro e algumas propostas desenvolvidas por universidades do país para aproximar os campos do ensino, da pesquisa e da extensão, além de propor uma dinamicidade que conecte o professor de Sociologia da escola básica não apenas às teorias aprendidas no curso superior, mas concomitantemente à realidade na qual estão inseridos ele e seus alunos.

Em um segundo momento, corroborando este debate, apresentamos uma experiência de extensão universitária desenvolvida no Câmpus de Naviraí da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi pensado no formato de palestras e oficinas que funcionassem como formação continuada aos professores de Sociologia no ensino médio e áreas afins. Além disso, o projeto propunha ferramentas teóricas, temáticas, didáticas e metodológicas a serem utilizadas pelos professores nas aulas de Sociologia contemplando, direta ou indiretamente, as problemáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Nesse sentido, esperava-se que o trabalho realizado na formação continuada não ficasse nos limites da universidade. Esperava-se que ele ganhasse o espaço da escola na possibilidade de oferecer respostas concretas aos problemas de violência sexual e de gênero tão presentes na sociedade em geral e na escola de forma muito particular. Assim, os professores de Sociologia, pelo menos nesta área abrangida pelo projeto, estariam capacitando-se para observar e tentar cumprir o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96) para a referida disciplina, isto é: “[...] instrumentalizar os alunos nos conteúdos básicos para o efetivo exercício da cidadania” (Brasil, 1996).

A Sociologia no ensino médio: perspectivas e possibilidades

O processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil já tem mais de um século. Todo esse percurso foi marcado por constantes reveses. Desde o final do século XIX e durante todo o século XX, a disciplina entrou e saiu muitas vezes de currículos das hoje chamadas escolas de ensino médio (Silva, 2010).

Havia uma série de interesses políticos e ideológicos e os destinos da disciplina margeavam essas questões. A última e brusca retirada foi motivada pela reforma educacional promovida pela ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos desde 1964 até 1985. Não apenas a Sociologia, mas outras disciplinas igualmente incômodas (Filosofia, por exemplo) foram banidas dos currículos e substituídas por disciplinas *biônicas* como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas quais se fazia uma propaganda ideológica do regime civil-militar² (Moraes, 2003).

Com o processo de democratização do país, iniciado em 1983 e consolidado em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, outra vez iniciou-se o debate pela volta da Sociologia ao antigo segundo grau. Esse debate foi aprofundado com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei n. 9394/96. Em seu artigo 36, a presente lei abre espaço para a efetiva movimentação dos profissionais da Sociologia a buscar a sua reinserção no ensino médio:

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio, o educando demonstre:

² Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, 5.692/71, regulamentou este processo. Ela foi editada no governo Médici e o ministro da Educação era Jarbas Passarinho.

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1996).

Estas questões, embora de forma não muito claras, começaram a ser sistematizadas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) e aprofundaram-se com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 1999. Nesses documentos, a Sociologia se insere no bojo do que se convencionou chamar Ciências Humanas e suas Tecnologias. A tentativa, em linhas gerais, foi de que as diversas disciplinas das Ciências Humanas rompessem as suas fronteiras e tentassem conversar entre si. No entanto, não ficava claro se a Sociologia se configuraria em uma disciplina específica no currículo ou se os seus conteúdos estariam disseminados nas disciplinas já institucionalizadas.

Os PCNs, então, atentavam para quatro princípios que seriam basilares para uma educação no século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Com uma ênfase no aprender a conhecer, as Ciências Humanas e suas Tecnologias, especialmente os conhecimentos de Sociologia, deveriam, entre outros objetivos:

Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros [...]; compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos humanos da ação humana; a si mesmo como agente social; e aos processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos. (Brasil, 1999: 11-13).

Em vista dessa complexa teia de objetivos a serem alcançados pelos conhecimentos de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio, a disciplina de Sociologia não tinha condições de ficar dispersa, por meio de conteúdos genéricos, em outras disciplinas. Profissionais da área começaram então um trabalho de conscientização da necessidade de que a disciplina figurasse como componente curricular específico e permanente no ensino médio, a fim de que garantisse de forma eficiente a aquisição dos conhecimentos necessários para o efetivo exercício da cidadania.

Tal preocupação agravou-se a partir do veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, ao projeto do deputado Padre Roque (PT-PR), que tornava obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. O veto levou muitos aspectos em consideração, entre eles: o impacto econômico dessa medida, bem como a carência de profissionais formados e a ausência de uma base curricular comum mínima.

Foi apenas no governo Lula que a Sociologia passou a figurar como componente obrigatório no ensino médio. Desde 2006, com a aprovação no Conselho Nacional de Educação, a disciplina voltou à grade curricular do ensino médio. Em razão de uma série de contendas dos estados, o período para adequação estendeu-se até 2011, quando todas as escolas do país deveriam estar ofertando a Sociologia nas três séries do ensino médio (Silva, 2010)³.

³ Resolução CNE nº 1, de 15 de maio de 2009.

Na tentativa de rever os PCNs, foi constituída pelo Ministério da Educação uma comissão que elaborou as OCNs – Orientações Curriculares Nacionais. Aqui, interessam-nos, efetivamente, os responsáveis pela elaboração das OCNs de Sociologia. Neste texto, então, problematizava-se o lugar da Sociologia no ensino médio e as expectativas com relação à disciplina: os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

O documento apresentava a necessidade de a Sociologia ser trabalhada a partir de quatro frentes: conceitos, temas, teorias e pesquisa. A pesquisa deveria ser uma preocupação transversal, seja qual fosse a frente de trabalho escolhida. Ainda se faz necessário destacar a proposta das OCNs de, ao trabalhar com qualquer desses aspectos, não confundir a ciência Sociologia, aprendida nas universidades, com a disciplina Sociologia, ensinada no ensino médio (Brasil, 2006).

Essa preocupação justificava-se no sentido de que os conteúdos trabalhados na escola não se transformassem em teorias vazias, maçantes e incompreensíveis para as realidades específicas. Portanto, as OCNs tentaram dar um caráter mais dinâmico e concreto para os conteúdos da ciência transpostos para a disciplina. Essa dinâmica, inclusive, apresentava-se pela tentativa de desenvolver alternativas didáticas para a aula expositiva: análise de charges, visitas a museus e bibliotecas, análise de músicas, filmes, jornais, literatura, artes plásticas etc. Todas essas possibilidades poderiam ser utilizadas no sentido de aproximar a teoria de aspectos do cotidiano do aluno, tornando a disciplina mais atraente.

Atenta a essa preocupação, Ileizi Silva (2007) entende que quando se faz a constituição de uma ciência em disciplina escolar é necessário que haja uma contextualização das teorias, discursos e conhecimentos próprios da ciência e posteriormente uma recontextualização no sentido de transformar tudo isso em conteúdo pedagógico a ser trabalhado nas escolas.

Assim, Silva (2010) aponta que o compromisso com um ensino de Sociologia sintonizado com a realidade não deve ser apenas atribuído ao professor de Sociologia no ensino médio. Segundo ela, essa é uma responsabilidade que, primeiro, precisa ser assumida já na formação desses profissionais nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. Eis aí, então, o lugar onde, efetivamente, reside o problema, isto é: há uma negligência com as licenciaturas em Ciências Sociais. Há uma descontinuidade entre a formação teórico-científica na área e a formação pedagógica. Em grande medida, há profissionais teoricamente densos, mas sem os mecanismos adequados para trabalhar esses conhecimentos na escola.

Corroborando essa ideia, parece bastante oportuna a proposta de Amaury Moraes (2003) para superar esses problemas. Segundo o autor, é fundamental que as associações, sociedades e comunidades de cientistas sociais reconheçam a necessidade de uma área de pesquisa que atenda o ensino de Sociologia. Por outro lado, Moraes ainda vê como essencial a integração entre licenciatura e bacharelado na formação do professor de Sociologia, a fim de que se supere o sistema que compartimentaliza o conhecimento e negligencia a licenciatura, prejudicando o ensino da disciplina na escola (Moraes, 2007).

Somente assim a Sociologia alcançaria os seus princípios epistemológicos no ensino médio: o estranhamento e a desnaturalização. Este parece ser o ponto nodal da disciplina e sua razão de estar na educação básica: conseguir fazer com que a reflexão dos alunos chegue ao nível de estranhar a realidade que lhes é tão familiar, problematizando aspectos internalizados e, ao mesmo tempo, por meio destes questionamentos, desnaturalizar outras tantas questões naturalizadas seja pela ciência, pelos costumes, pela tradição, pelas religiões, pela política etc. Para Moraes e Guimarães (2010: 48),

É sua tarefa [da Sociologia no Ensino Médio] desnaturalizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, *informada* pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum. Despertar no aluno a sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como resultado da atividade humana e, por isso mesmo, passível de ser modificado, deve ser a tarefa de todo professor.

Como referimos, algumas perspectivas começam a ser apresentadas por cursos de formação de professores em Ciências Sociais em diferentes universidades brasileiras. Este é o caso da licenciatura em Ciências Sociais da Unesp-Marília. Maria Valéria Barbosa e Sueli Mendonça (Barbosa; Mendonça, 2007) destacam como fundamental a atuação de um Núcleo de Ensino criado no curso, no qual as questões da prática de ensino em Sociologia são trabalhadas não apenas na reta final do curso, mas durante boa parte da graduação.

Dessa forma, segundo as autoras, cria-se nos acadêmicos o envolvimento efetivo com a licenciatura, com a escola onde ocorrerá a atuação durante os estágios e cria-se também uma necessidade de elaboração de materiais didáticos que problematizem temas que se tornam sintomáticos para a disciplina e que devem ser consonantes com as expectativas dos alunos diante desse novo componente curricular na escola. A partir da integração entre ensino e pesquisa, Barbosa e Mendonça mostram como se constrói o Laboratório Pedagógico de Ciências Sociais que leva em consideração a articulação entre licenciatura e bacharelado a partir da mobilização dos conhecimentos adquiridos em ambas habilitações para a elaboração de material didático para o ensino de Sociologia no ensino médio.

Também se apresenta interessante a proposta desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina e destacada por Renata Schevisbiski (2008) por meio do Projeto Oficina de Ideias. Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2008 no Departamento de Ciências Sociais da UEL e visava incentivar a pesquisa e a elaboração de materiais didáticos na área de Sociologia no ensino médio. Constatou-se com ele a enorme carência de materiais didáticos e uma possibilidade concreta do envolvimento dos estudantes e profissionais da rede básica para a elaboração desses materiais que dialogassem com a realidade na qual estavam inseridos, a partir de contatos prévios com a comunidade no intuito de melhor conhecer suas demandas, seu cotidiano, a fim de promover o diálogo por meio dos materiais didáticos a serem produzidos. A proposta em tela era de uma parceria entre universidade e escola.

A construção de pontes entre a universidade e a escola, por meio da intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, tem sido desenvolvida pela licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Conforme Nise Jinkings (2007), só com a articulação entre esses três pilares podem ser resgatadas as potencialidades das Ciências Sociais para tentar responder as questões pungentes que estão postas como desafios para a disciplina nesta inserção nos currículos do ensino médio. Além disso, há uma interação entre graduação e projetos específicos da pós-graduação em Educação que dialogam com a metodologia de ensino em Ciências Sociais. Em grande medida, as primeiras análises desenvolvidas dão conta de diagnosticar a situação de precariedade com que a disciplina aparece nos currículos, nas escolas e como acaba sendo trabalhada pelos professores.

Haveria uma série de outros exemplos a serem apresentados. No entanto, de posse do conhecimento de toda esta trajetória que envolve a institucionalização da Sociologia no ensino médio e do quão recente é seu definitivo ingresso na educação básica, parece interessante pensar temas fundamentais e transversais a serem trabalhados, sempre tendo como expectativa as mediações necessárias para aproximar escola e universidade.

Analisando essa perspectiva, pensamos, como contribuição a esse debate, a necessidade da formação continuada dos professores de Sociologia, ou daqueles profissionais que lecionam a Sociologia no ensino médio, nas temáticas de gênero e sexualidade. Em vista disso, é que desenvolvemos entre os anos de 2010 e 2012 o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* no Câmpus de Naviraí da UFMS.

Gênero, sexualidade e formação de professores: uma possibilidade de extensão

O *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi oferecido pela primeira vez no ano de 2010. Naquele momento foram disponibilizadas 50 vagas para professores da rede básica de ensino, especialmente os professores de Sociologia do ensino médio do município de Naviraí e região. Os professores tinham diferentes tempos de atuação no magistério e havia a predominância de mulheres (70% mulheres e 30% homens)⁴. A ideia era de que o projeto fosse compreendido como uma resposta da universidade à sociedade no que tange à construção de alternativas para o enfrentamento da violência sexual e de gênero que estão disseminadas na sociedade e encontram, também, espaço nas escolas. Além de ser uma oportunidade de aprofundar-se em temáticas que poderiam ser problematizadas nas aulas de Sociologia.

O projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira delas foi com um público interno à universidade. Tal público contou com um expressivo número de acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, alguns acadêmicos do curso de Pedagogia e docentes dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia.

⁴ Nos anos seguintes, o número de participantes do projeto se manteve, praticamente, estável. As desistências foram poucas.

Nesta fase houve a capacitação de docentes e acadêmicos nas temáticas de gênero e sexualidade, por meio da leitura e debate de textos específicos. Os encontros eram semanais nos quais foram apresentados seminários e debates sobre os temas norteadores do projeto. Em um segundo momento, foram organizados encontros quinzenais, aos sábados pela manhã, com duração de três horas cada um, entre os meses de agosto e outubro, para os professores da rede básica de ensino.

A dinâmica era uma confluência entre palestras e oficinas temáticas. As palestras buscavam discutir temas gênero, sexualidade, masculinidade e bullying em intersecção com a educação, especialmente no sentido de tentar construir pontes para que esses assuntos fossem mais bem trabalhados na disciplina. Assim, outra opção foi a realização de oficinas temáticas, principalmente mostrando como filmes poderiam ser utilizados como recursos metodológicos para construir conhecimento acerca da temática e promover discussões com os alunos em sala de aula.

Este primeiro contato formal dos professores com as temáticas não se fez sem alguns estranhamentos, sobretudo quando houve a apresentação das diferentes visões que explicam as noções de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Trata-se, especificamente, do embate entre os modelos científicos e religiosos. Este foi um ponto nevrálgico que precisamos administrar na primeira edição do projeto. Os resultados, no entanto, foram satisfatórios, pois houve na segunda edição do projeto, no ano posterior, a participação expressiva de professores.

Para o ano de 2011, a *Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* foi pensada no formato de um grande grupo de estudos, já que no primeiro ano havia ocorrido a aproximação com a temática. Dessa forma, o segundo ano permitiu um aprofundamento teórico daquilo que fora problematizado de forma mais panorâmica em 2010. O projeto em 2011 foi dividido em sete unidades temáticas: gênero, sexualidade, masculinidades, machismo, homossexualidades, homofobia e educando para a cidadania. Os encontros, com praticamente o mesmo público do ano anterior, ocorreram entre os meses de agosto e novembro. Os participantes do projeto eram divididos em grupos menores, depois de uma breve exposição do tema do encontro, e debatiam um fragmento do texto-base do dia, previamente disponibilizado. Na sequência desse debate, os grupos menores reuniam-se com os demais cursistas e era proposto um debate mais amplo.

Pensando na contextualização das temáticas em termos teóricos, iniciamos a discussão pela categoria gênero. Essa categoria foi proposta no âmbito do tematizado por Joan Scott (1995), isto é, como um conceito que nos permite pensar os aspectos socioculturais que ressignificam os sexos biológicos, ou seja: problematizando as noções binárias e cristalizadas de masculino e feminino. A crítica aos usos do conceito de gênero se deu a partir de Judith Butler (2003), para quem os estudos de gênero acabam caindo na armadilha para a qual eles foram estabelecidos como uma espécie de antídoto, a saber: acabam não conseguindo romper com os binarismos biológicos.

A tensão entre esses binarismos é marcada por relações de poder que acabam engessando modelos idealizados de sexualidade. Assim, ao pensar esses modelos

disciplinares da sexualidade, a referência à obra de Michel Foucault (1985, 1988, 1993) foi importante, pois ele mostra como se deu não apenas a construção da sexualidade ao longo dos tempos, mas também a construção das noções de certo e errado acerca da sexualidade, por meio de dispositivos reguladores.

Dialogando com Foucault, Michel Bozon (2004) enfatiza e tenta assegurar o caráter construtivo da sexualidade humana. Ele nega, então, o caráter historicamente dado como natural para a sexualidade e destaca a primordialidade dos contextos culturais na legitimação da ordem dos sexos ao longo das gerações. Bozon vai construindo sua argumentação na tentativa de espraçar os horizontes da sexualidade, já que ela sempre esteve vinculada com procriação e ato sexual. O autor afirma que a sexualidade extrapola esses limites, abrangendo todo um universo cultural, simbólico e social que passa sim pelo sexual, mas não acaba nele.

A proposta teórica de discussão das masculinidades durante o projeto passou pelo debate entre Michael Kimmel (1998), Robert Connel (1995) e Pedro Paulo Oliveira (2004). Esses trabalhos foram interessantes porque eles apresentam, de forma muito clara, a intersecção entre gênero e sexualidade marcada nas masculinidades. Aparece nesses textos a construção, em diferentes períodos históricos, de masculinidades hegemônicas e subalternas. É comum aos autores, a ideia de que a cultura cria a necessidade de estabelecer e compartimentar os mundos de homens e mulheres desde tenra idade. A demarcação dos mundos é construída a partir de proibições e interditos que funcionam como uma garantia de que os limites estabelecidos não serão borrados.

A vigilância para que seja alcançado e assegurado esse ideal de masculinidade comumente desdobra-se em comportamentos machistas. Segundo Marina Castañeda (2006: 16):

O machismo pode ser definido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas idéias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele.

Para Castañeda, há todo um sistema que se encarrega de dar corpo e sustentação ao machismo. Esse sistema torna a diferença entre os sexos uma questão maior, tão maior que chega a ser excludente. Além disso, no machismo há a construção da hierarquização entre os sexos a partir de uma lógica cultural que privilegia o masculino em detrimento do feminino e de tudo aquilo que dele se aproximar.

A partir das questões teóricas trabalhadas, constantemente os debates encaminhavam-se para a questão das homossexualidades. Esta, concretamente, era a problemática que parecia ter encaminhado os professores para o projeto de extensão: saber o que fazer em vista da homossexualidade dos alunos em sala de aula.

Na tentativa de responder algumas dessas questões, propusemos reflexões que abarcaram vários autores, tais como Sedgwick (2007), Oliveira (2008), Sousa Filho (2007), entre outros, que problematizam seja a visibilidade ou o *closet* aplicados à homossexualidade, bem como o relacionamento das homossexualidades com as outras formas de expressão da sexualidade. Porém, o debate mais instigante, até em razão dos acontecimentos mais atuais, foi sobre a temática de homofobia.

A nossa compreensão é a de que o professor de Sociologia no ensino médio precisa ser capaz de fazer o debate, a problematização e propor a reflexão desses temas sensíveis e que geram polêmicas sociais. No entanto, precisa estar munido teoricamente de elementos que embasem o seu trabalho, a fim de que a discussão não seja uma mera sobreposição de opiniões vazias. Portanto, a partir do tema formação de professores em gênero e sexualidade, nos dedicamos especialmente a entender as questões que envolvem a homofobia, analisando as pesquisas de Daniel Borrillo (2010).

A partir da ideia defendida pelo autor, de construção histórica da violência e discriminação contra homossexuais, pudemos, no sentido de pensar uma educação para a cidadania, adentrar a questão do preconceito às sexualidades dissidentes nas escolas. Essas questões tornaram-se tão complexas que extrapolaram os limites dos dois encontros separados para o debate sobre o tema. Sendo assim, a terceira edição do projeto, desenvolvida durante o ano de 2012, foi dedicada inteiramente às reflexões sobre o combate à homofobia na escola.

Dessa forma, o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade* discutiu, outra vez com um público que acompanhou o projeto nos dois anos anteriores, o processo e as alternativas de combate à homofobia na escola. A dinâmica do projeto foi um pouco diferente dos anos anteriores. Foram oito encontros entre os meses de agosto e novembro, envolvendo as seguintes atividades: apresentação da proposta do projeto; exibição e debate de curtas-metragens que envolviam a temática de homofobia; uma discussão teórica sobre homofobia na escola; discussão da homofobia nas mídias em geral; um debate sobre corpo e corporalidade; relatos de caso de homofobia no cotidiano escolar; alternativas de combate à homofobia; e, por fim, uma avaliação do que fora discutido nos encontros anteriores.

O interessante deste projeto, na sua terceira edição, parece ter sido o caráter integrador entre os acadêmicos da Licenciatura em Ciências Sociais e Pedagogia da UFMS com os professores das escolas públicas da cidade, o que permitiu o aprofundamento de um debate sobre o combate à homofobia na escola.

De posse de uma perspectiva que leva em consideração as interseccionalidades, procuramos pensar o combate à homofobia articulado aos debates sobre gênero e sexualidade. Portanto, o objetivo principal desta terceira edição fora o de estabelecer um diálogo laico e científico sobre diversidade sexual, contrapondo-se a algumas visões ainda marcadas por dogmas morais, religiosos e culturais.

Além desses debates e reflexões que ocorriam na universidade, ao final dos anos de 2011 e 2012, durante o fechamento do projeto, fizemos o lançamento das

coletâneas (*Contra*)*pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual* (Passamani, 2011, 2012). No ano de 2011, a coletânea reuniu a contribuição de diversos pesquisadores brasileiros que estavam preocupados com essas questões no cotidiano escolar. Em 2012, a coletânea especificou a contribuição de outros pesquisadores que problematizavam a homofobia na escola e alternativas ao seu combate. Essas coletâneas foram distribuídas gratuitamente aos participantes, no intuito de que servissem de ferramentas a embasar o trabalho didático e pedagógico dos professores de Sociologia e outras disciplinas na educação básica.

Em consonância com as ideias de Amaury Moraes (2003, 2007), entendemos que o professor de Sociologia pode lançar mão de diversas ferramentas metodológicas e didáticas para o exercício do seu magistério. Essa dinâmica de ação tem grandes chances de tornar a disciplina mais atraente aos estudantes, possibilitando-os compreender um pouco melhor a complexidade da Sociologia, tornada mais acessível a partir do contato próximo com a realidade. A intenção do projeto, então, foi justamente trabalhar nessa fronteira: formação teórica continuada sobre uma área ainda pouco debatida no ensino médio (gênero, sexualidade e diversidade sexual) e alternativas à aula expositiva, tais como filmes, músicas, análise de mídias em geral etc.

Entendemos que a formação de professores nessas áreas, cujos temas ainda são sensíveis a muitos posicionamentos que levam em consideração juízos morais, é profundamente necessária, justamente porque se trata de uma outra vertente explicativa, isto é, o olhar da ciência sobre essas questões. No caso do projeto, o olhar das Ciências Sociais sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Além disso – dessa proposta alternativa e reflexiva sobre os temas desde um outro modelo de explicação –, foram apresentadas aos professores, especialmente aos professores de Sociologia, possibilidades de melhor traduzir esses temas nas salas de aula da escola básica, atentando para os processos de contextualização e recontextualização tão necessários, segundo Ileizi Silva (2007).

Por fim, compreendemos ainda que o processo de institucionalização da Sociologia vive um momento muito importante e que ainda não está finalizado, portanto conteúdos que abarquem gênero, sexualidade e diversidade sexual poderiam fazer parte do currículo da disciplina, bem como poderiam estar presentes em outras disciplinas como temas transversais. Tais situações, possivelmente, contribuiriam para desconstruir algumas percepções naturalizadas e essencializadas sobre essas temáticas. No final das contas, esse debate todo estaria encadeado com os propósitos iniciais para a inserção da Sociologia no ensino médio, isto é: capacitar o aluno nos conhecimentos necessários para o efetivo exercício da cidadania.

Considerações finais

Foi um longo percurso aquele que levou à institucionalização efetiva do ensino de Sociologia no nível médio. Trata-se de um caminho ainda em vias de consolidação. Justamente por ser um tempo de *fazendo, construindo*, é que é deveras importante pensar em quais conteúdos apresentar nas propostas curriculares da disciplina.

Há uma gama de profissionais ligados à metodologia do ensino em Ciências Sociais preocupados em propor alternativas para a construção do currículo da disciplina. Neste momento, então, é oportuno que se pensem temáticas que estão na ordem do dia, mas não apenas isso, temáticas que possam nos levar a leituras da sociedade.

Entendemos que por meio dos debates sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual é possível ler diferentes representações da sociedade. Em vista disso, torna-se importante a formação de professores nessa área. Foi com esse intuito que se realizou o *Projeto de Extensão Formação de Professores em Gênero e Sexualidade*: não apenas porque há carência de debates nesta área, mas porque se trata de uma temática que pode nos ajudar a pensar a sociedade e, além disso, um estudo sério desses temas pode ajudar a que se minimize ou erradique certos tipos específicos de violência.

Dessa forma, esperamos que essa tenha sido a última e decisiva entrada da Sociologia nos currículos e que ao gozar do lugar de uma disciplina efetiva no ensino médio possa ter as condições mínimas necessárias para propor reflexões e problematizar questões sobre temas, como os discutidos no projeto de extensão, que, se silenciados, certamente impedirão muitos grupos do efetivo exercício da cidadania.

Referências

- BARBOSA, Maria Valéria; MENDONÇA, Sueli. Formação de professores de Sociologia: um estudo à luz da teoria histórico-crítica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 12, n. 1, Janeiro-Junho 2007, pp. 173-195.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 5 ago. 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília, 1999.
- _____. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, v. 3, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo, A Girafa, 2006.

- CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 185-206.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III*. O cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. *História da Sexualidade II*. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____. *História da sexualidade I*. A vontade do saber. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- JINKINGS, Nise. Ensino de sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 12, n. 1, Janeiro-Junho 2007, pp. 113-130.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LEAL, Ondina Fachel. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, PPGAS, 1998, pp. 103-117.
- MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 15, n. 1, 2003, pp. 5-20.
- _____. O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?. *Revista Cronos*. Natal, v. 8, 2007, pp. 395-402.
- MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, E. F. Metodologia de ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar. (Org.). *Coleção explorando o ensino de Sociologia*. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2010, v. 15, pp. 45-62.
- OLIVEIRA, Luizir. Um olhar filosófico sobre as homossexualidades. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira (Org.). *Homossexualidades e gerações*. Rio de Janeiro, Booklink, 2008, pp. 75-94.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- PASSAMANI, Guilherme (Org.). *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual*. Campo Grande, Editora UFMS, 2011.
- _____. *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: o combate à homofobia*. Campo Grande, Editora UFMS, 2012.
- SCHEVISBISKI, Renata. *Metodologias de ensino de Sociologia: o projeto "Oficina de Idéias"*. Londrina, UEL, 2008, pp. 1-11.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 28, 2007, pp. 19-54.
- SILVA, Ileizi Fiorelli. A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Revista Cronos*. Natal, v. 8, 2007, pp. 403-427.

SILVA, Ieizi Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury Cesar. (Org.). *Coleção explorando o ensino de Sociologia*. 1. ed. Brasília: MEC, 2010, v. 1, pp. 23-31.

SOUSA FILHO, Alípio. A resposta gay. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.). *Homossexualidades sem fronteiras: olhares*. Rio de Janeiro, Booklink, 2007, pp. 11-35.

Recebido em: 09/07/2015

Aprovado em: 19/10/2015

Como citar este artigo:

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da sociologia e a extensão universitária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 119-132.